

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS: PRECARIZAÇÃO E ADOECIMENTO PROFISSIONAL

Data de submissão: 19/04/2023

Data de aceite: 02/06/2023

Helton da Silva Souza

Universidade Federal Fluminense
Bacharel em Serviço Social e mestrando
em política social pela Universidade
Federal Fluminense. Assistente Social
(CRESS 7490 – 17ª REGIÃO/ES) na
Prefeitura Municipal de Muqui-ES –
Secretaria Municipal de Saúde.
Muqui – ES.
<http://lattes.cnpq.br/1437432681769087>

Carlos Antonio de Souza Moraes

Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo. Doutor em Serviço Social
Professor da Universidade Federal
Fluminense, Departamento de Serviço
Social de Campos e do Programa de
Estudos Pós-Graduados em Política
Social. Líder do Grupo Interdisciplinar
de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e
Saúde (Gripes/CNPq-UFF). Bolsista
Produtividade em Pesquisa – CNPq.
Campos dos Goytacazes, RJ.
<http://lattes.cnpq.br/0245120067881150>

análises tem sido construídas durante o mestrado realizado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, acrescido da vivência profissional de um dos autores, no curso da pandemia. Os resultados apontam para um considerável aumento da intensificação e precarização das condições e relações de trabalho de assistentes sociais, que resultam em implicações para a sua condição de saúde, o que revela a necessidade de se ampliar o debate acerca do adoecimento destes/as profissionais, especialmente o adoecimento psíquico a partir do trabalho, reconhecendo sua condição de sujeitos integrantes da classe trabalhadora e que, por este perfil de vendedores de mão de obra, sofrem os constrangimentos decorrentes da transformação do trabalho na sociedade capitalista de tipo neoliberal.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho profissional; Adoecimento profissional; Serviço Social; Assistentes Sociais.

RESUMO: Neste estudo, buscamos debater, de maneira sucinta, as condições e relações de trabalho nos serviços de saúde dispensadas a assistentes sociais, durante a pandemia da Covid-19. Tais

IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON THE WORK OF SOCIAL WORKERS: PROFESSIONAL PRECARIOUSNESS AND ILLNESS

ABSTRACT: In this study, we seek to briefly discuss the conditions and labor relations in health services provided to social workers during the Covid-19 pandemic. Such analyzes have been constructed during the master's degree carried out in the Postgraduate Studies Program in Social Policy at the Fluminense Federal University, plus the professional experience of one of the authors, in the course of the pandemic. The results point to a considerable increase in the intensification and precariousness of the working conditions and relationships of social workers, which result in implications for their health condition, which reveals the need to broaden the debate about the illness of these professionals, especially psychic illness from work, recognizing their condition as members of the working class and who, due to this profile of labor salespeople, suffer the constraints resulting from the transformation of work in the neoliberal capitalist society.

KEYWORDS: Professional work; Professional illness; Social service; Social Workers.

1 | INTRODUÇÃO

A origem desta proposta vincula-se a experiência em estágio curricular obrigatório¹ do primeiro autor deste estudo, acrescido de sua inserção no Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (Gripes), liderado pelo segundo autor deste artigo, além da análise e sistematização de seu trabalho de conclusão de curso (TCC) na Graduação em Serviço Social².

Desde o trabalho de conclusão de curso, observou-se certa escassez de produções bibliográficas que debatessem o trabalho, as condições de trabalho e o adoecimento de assistentes sociais, enquanto sujeitos que vendem sua mão de obra e integram a classe trabalhadora (RAICHELLIS, 2011). Mesmo assim, observa-se investimentos recentes em pesquisas a respeito do tema. Dentre os estudos mapeados, as categorias “flexibilização”, “intensificação” e “precarização” tem obtido centralidade na análise do trabalho contemporâneo, por integrarem globalmente a realidade do trabalho e por apontarem para suas antigas e novas expressões (DRUCK, 2011), com incidências sobre a classe trabalhadora e, particularmente, sobre assistentes sociais em contextos locais/regionais, nacional e, especialmente, na América Latina (MOLEDDA; GIANNA; DI NAPOLI, 2019).

Raichellis (2011, p. 426) aponta que nas produções bibliográficas que analisam o tema sobre trabalho e saúde, os/as assistentes sociais não aparecem como “sujeito vivo do trabalho social, sendo quase inexistentes estudos e pesquisas que tomam como objeto os próprios profissionais que sofrem e adoecem a partir do cotidiano de seu trabalho e da violação de seus direitos”.

Em paralelo, este estudo perpassa pelos desdobramentos vinculados ao exercício

1 Estágio curricular obrigatório realizado no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – CRAAI Campos, no período correspondente ao 6.º, 7.º, 8.º e 9.º semestre do curso de graduação na UFF Campos, no período de 2017 a 2018.

2 Realizada no Departamento de Serviço Social de Campos (SSC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), no ano de 2018

profissional do primeiro autor, que atua como assistente social em município³ do Sul do Estado do Espírito Santo, inserido na política de saúde e que, cotidianamente, vivencia as implicações da precarização, da flexibilização e da intensificação do trabalho, somado a complexidade e multiplicidade de demandas, enquanto expressões da questão social, associadas à redução de recursos político-institucionais, que limitam objetivamente a atuação profissional, produzindo sofrimentos e adoecimentos.

Além das questões específicas que originaram o artigo, reconhecemos no contexto sócio histórico, que a reestruturação do capital tem possibilitado mudanças no cenário das políticas sociais e nas demandas direcionadas a assistentes sociais. Tal fato, além de afetar a construção de um trabalho fundamentado nos valores do projeto ético político profissional⁴ e nas condições de trabalho de assistentes sociais, interfere também na saúde destas e destes profissionais.

A partir de 2020 essa realidade também é impactada pela pandemia da Covid-19 que, no contexto brasileiro, se instala em um cenário de precariedade e perda de direitos sociais que acometem o conjunto de trabalhadores/as, entre eles/as, assistentes sociais na operacionalidade das políticas sociais. A pandemia da Covid-19 trouxe grandes impactos para atuação dos/as assistentes sociais nas políticas de saúde e assistência social, destacando a já existente precarização da política social e sua intensificação neste contexto, o aumento das demandas espontâneas, incluindo as que não competem particularmente ao trabalho de assistentes sociais, intensificando e sobrecarregando o trabalho profissional.

Durante a pandemia, o trabalho de assistentes sociais, nestas políticas, permanece majoritariamente presencial, ainda que seja possível observar em algumas instituições, redução do quadro profissional, visto que há profissionais se incluem em grupo de risco, o que pode ter contribuído para sobrecarga de trabalho dos/as que permaneceram em suas atividades, associada a um contexto de risco e insegurança, com implicações para saúde física e mental das trabalhadoras.

Diante disso, a proposta deste artigo consiste em promover reflexões a respeito do tema das condições e relações de trabalho de assistentes sociais nos serviços de saúde e assistência social, no curso da pandemia da Covid-19 e de suas implicações para saúde destes/as profissionais. Para tanto, recorre a estudo bibliográfico a respeito do tema, a vivência profissional nestes serviços neste tempo histórico e ao materialismo histórico dialético como perspectiva teórico-metodológica. Assim, conforme aponta Netto (2011), todas as conclusões que aqui serão apresentadas, nasceram a partir de indagações e foram estabelecidas por meio de investigações articuladas à vivência e ao estudo do trabalho profissional.

3 Município de Muqui, com vínculo CLT na Secretaria Municipal de Saúde.

4 O termo projeto ético-político profissional significa uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos (daí a ideia de projeto) em torno de uma determinada valoração ética (daí o termo ético) que está intimamente vinculada a determinados projetos societários (daí o termo político, no seu sentido mais amplo) presentes na sociedade que se relacionam com diversos projetos coletivos em disputa na mesma sociedade (daí o termo profissional, expressando a particularidade de uma categoria) (2B EDITORA, 2021).

Diante disso, o artigo se divide em uma seção de desenvolvimento que aborda as particularidades da pandemia da Covid-19, no Brasil; uma seção de resultados das investigações a respeito da relação trabalho e adoecimento de assistentes sociais, trabalhadoras das políticas de saúde e de assistência social, no curso da pandemia; a conclusão e as referências.

21 CARACTERÍSTICAS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO CONTEXTO BRASILEIRO

No final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu diversos alertas acerca do aumento exponencial de casos de pneumonia nos arredores da cidade de Wuhan, na Província de Hubei, na China. O que não se sabia, era que, na verdade, aquele surto tratava-se de uma nova variante de coronavírus, ainda não identificada em seres humanos (OPAS, 2021).

Em apenas uma semana após os primeiros relatos na China, os serviços sanitários informaram sobre a identificação do novo tipo de coronavírus e sua disseminação por muitos lugares. Sabe-se até então, que já foram identificados em humanos sete variantes de coronavírus: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV, MERS-COV e o SARS-CoV-2, responsável pela doença da Covid-19 (OPAS, 2021).

“Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo ‘pandemia’ se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade” (OPAS, 2021). Além disso, a pandemia também é

Qualificada como uma conjuntura de catástrofe social, marcada por mortes, adoecimentos, medidas de isolamento social e ações emergenciais, a crise sanitária evidenciou o peso do mercado mundial na produção e distribuição de vacinas, as prioridades dos governos e as disputas comerciais entre potências econômicas. Também revelou a fragilidade das políticas após 30 anos de ofensiva neoliberal, especialmente nas regiões periféricas, marcadas pelo desmonte de programas e políticas sociais, pela subtração de direitos trabalhistas e sociais e pela precariedade e insuficiência das medidas de proteção social pública. Esse quadro determinou a emergência de novas situações que impactaram no trabalho cotidiano dos e das assistentes sociais, permitindo-nos identificar alguns desafios profissionais (MOTA, 2021, p. 50).

Nestes aspectos, como todo o mundo, o Brasil vive uma realidade de enfrentamento a uma doença viral, altamente contagiosa e letal. Somada a realidade de crise sanitária, o País vivencia uma evidente reestruturação do capital, que desfavorece a classe trabalhadora e acomete alterações nas políticas públicas.

Cabe reforçar que, antes do período pandêmico, já se vivenciava a agudização da crise do capital, que se aprofundou a partir da crise sanitária. A política de austeridade fiscal, que congela investimentos nas áreas sociais, de saúde, de ciência e tecnologia, de educação, de lazer, de cultura etc., escarnece, com impiedosa minúcia, o subfinanciamento por 20 anos, acompanhado

da contrarreforma trabalhista e da terceirização ampla e irrestrita e, ainda, da contrarreforma da Previdência Social (PS), que afasta o direito à aposentadoria de grande parte da classe trabalhadora, com a aprovação da revisão permanente dos benefícios previdenciários (SOUZA, 2021, p. 13).

Além disso, desde a descoberta da Covid-19, e os primeiros casos no país, o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro (2018-2022), caracterizou o vírus, como uma “gripezinha”, no qual analisando o contexto atual, observa-se mais de 600.000 mil óbitos, conforme ressalta Souza, (2021, p. 11):

A atuação do presidente da república, Jair Bolsonaro (Sem Partido), desde o início da pandemia da Covid-19, já apontava para o longo período, que parece não terminar, de mortes, de idas e vindas das ondas contaminantes da Covid-19, ceifando a vida de grande número de pessoas, primeiramente atingindo, com força, os mais idosos. Posteriormente, como esses passaram a compor o grupo de pessoas imunizadas prioritariamente, pessoas mais jovens passaram a ser as mais afetadas, perdendo as suas vidas precocemente. A alteração na média da idade de óbitos, no mês de abril de 2021, foi de 64 anos, com aumento global de mortes para todas as idades, entre os grupos etários de 20 a 59 anos (MS, 2021). Outras mortes têm ocorrido devido à exaustão em que se encontra a maioria dos serviços, que, ao direcionar os esforços para o enfrentamento à Covid-19, acaba por negligenciar os demais tratamentos e a assistência à saúde.

Vale salientar, que um dos principais impactos da Covid-19 foi à superlotação dos hospitais, chegando ao seu limite e fazendo com que muitas vidas fossem perdidas pela falta de equipamentos, como por exemplo, o aparelho de oxigênio.

Evidencia-se a superlotação das Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), a ausência de medicamentos e de vagas em hospitais de todo país, sendo que, no início de 2021, a região Norte do país vivenciou verdadeiro colapso da saúde (LAVOR, 2021). No mês de abril de 2021, a maioria dos estados brasileiros teve elevados níveis de ocupação das UTIs, acima de 80%, e também o aumento no número de óbitos por Covid-19 (MS, 2021). Em oito de abril de 2021, morreram mais de quatro mil pessoas por Covid-19. A iminência do colapso levou os governadores a decretarem medidas de *lockdown*, ao que o presidente Jair Bolsonaro (Sem Partido) reagiu com veemência, não contra as mortes, contra a superlotação das UTI e contra o avanço das contaminações ou ainda no intento de unir forças, numa colisão nacional contra a pandemia. Não, não foi isso que ocorreu. Infelizmente, mais uma vez, o discurso polarizado, sempre com o dedo em riste e em tom de acusação, do presidente Bolsonaro (Sem Partido) seguiu a direção contrária às medidas de prevenção, acusando os governadores que decretaram as medidas de isolamento social de provocarem a crise econômica e do seu governo. Por isso, acionou o Supremo Tribunal de Federal (STF) para que as medidas de *lockdown* fossem declaradas inconstitucionais (ARBEX, 2021). (SOUZA, 2021, p.11)

A gravidade da situação levou, a partir de requerimento do Senador Randolfe Rodrigues (RedeAP) à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no mês de abril de 2021. A CPI objetivou apurar as irregularidades e omissões do Governo Federal e do

Ministério da Saúde (MS) no enfrentamento da Covid-19 e o colapso do sistema de saúde no Amazonas, ampliando a investigação para os estados, para apurar possíveis desvios de recursos destinados ao enfrentamento da pandemia.

De forma mais ampla, observa-se que a Pandemia da Covid-19 não é a causa da crise do neoliberalismo como modelo econômico, sendo ela mesma, uma crise de natureza neoliberal, revelando ao mundo a perversidade desse sistema, que beneficia apenas os detentores do poder, onde o impacto para quem trabalha, e quem lucra com o trabalho se torna distinto, conforme elucida Silva e Ruiz, (2020, p. 4):

Os efeitos sobre quem trabalha ou quem lucra com o trabalho alheio são distintos. O primeiro grupo tende a se expor ao contágio da doença para buscar alternativas de alimentação e recursos básicos cotidianos. Estudos demonstram que o segundo grupo, mesmo com perdas localizadas, conta com socorro mais ágil de governos como o brasileiro e, por vezes, amplia sua lucratividade. Bilionários americanos, por exemplo, acrescentaram 434 bilhões de dólares a suas riquezas durante a pandemia, ainda que estejam no país com maiores números absolutos de contágio e morte. No Brasil, Bolsonaro acaba de vetar repasse de 8,6 bilhões de reais a estados e municípios para o combate à Covid-19.

Tais elementos introdutórios nos permitem refletir a respeito das implicações desta conjuntura para o Serviço Social, ao atuar em serviços essenciais, historicamente precarizados e, nos últimos anos, sofrendo os impactos do *desfinanciamento* da política social. Tais serviços passam a receber um conjunto de demandas direcionadas a seus trabalhadores, em um contexto de risco de contágio do vírus da Covid-19, desconhecimento da doença, negacionismo do vírus e da ciência e ausência de equipamentos e instrumentos para proteção dos trabalhadores e trabalhadoras. Parte destas demandas são direcionadas a assistentes sociais que, tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, complexificadas pelo sofrimento, a fome e o luto.

3 | IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA O TRABALHO PROFISSIONAL E O ADOECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Durante a pandemia da covid-19, temos observado e experimentado a construção do trabalho presencial, na linha de frente do enfrentamento ao vírus, e de suas implicações sociais. Neste contexto, tem sido possível identificar nos espaços específicos de trabalho e na realidade nacional, depoimentos de profissionais que apontam para a sensação de impotência, desgaste, estresse e esgotamento, marcados pelo elevado número de vidas perdidas (incluindo familiares e amigos), o questionamento da ciência e da vacina, o desrespeito às orientações oficiais de proteção contra o vírus, a ausência de condições adequadas de trabalho, a sobrecarga de trabalho, dentre outros.

Há mais de um ano atuando na linha de frente contra a Covid-19, os profissionais da área da Saúde estão esgotados! E essa exaustão advém

não só da proximidade com o elevado número de casos e mortes de pacientes, colegas de profissão e familiares, como também das alterações significativas que a pandemia vem provocando em seu bem-estar pessoal e vida profissional. De acordo com os resultados da pesquisa *Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto da Covid-19*, realizada pela Fiocruz em todo o território nacional, a pandemia alterou de modo significativo a vida de 95% desses trabalhadores. Os dados revelam, ainda, que quase 50% admitiram excesso de trabalho ao longo desta crise mundial de saúde, com jornadas para além das 40 horas semanais, e um elevado percentual (45%) deles necessita de mais de um emprego para sobreviver (LEONEL, 2021, s/p).

Além disso, Leonel (2021) complementa:

Graves e prejudiciais consequências à saúde mental daqueles que atuam na assistência aos pacientes infectados foram também detectadas. Segundo a pesquisa, as alterações mais comuns em seu cotidiano, citadas pelos profissionais, foram perturbação do sono (15,8%), irritabilidade/choro frequente/distúrbios em geral (13,6%), incapacidade de relaxar/estresse (11,7%), dificuldade de concentração ou pensamento lento (9,2%), perda de satisfação na carreira ou na vida/tristeza/apatia (9,1%), sensação negativa do futuro/pensamento negativo, suicida (8,3%) e alteração no apetite/alteração do peso (8,1%) (LEONEL, 2021, s/p).

Nestas condições, encontram-se também assistentes sociais que atuam em conjunto com equipes multiprofissionais, compartilhando incertezas, angústias, sofrimentos, lutas e resistências no exercício do trabalho, em defesa de vidas, da vacina e do tratamento digno de seus usuários. Profissionais que vivenciam a experiência diária do luto, sofrem com a rotina de mortes e perdas desnaturalizadas na luta diária pela vida e, ao mesmo tempo, experimentam a ausência de condições adequadas de trabalho, a redução de seus direitos, cada vez mais ameaçados por decretos e medidas do Estado que, mesmo nestas condições sanitárias e sociais, almejam favorecer os interesses dos empresários e detentores dos meios de produção, ao anunciarem propostas como a Medida Provisória 927/2020⁵, que em sua vigência tratou de flexibilizar questões administrativas e suspender o cumprimento da manutenção de alguns direitos dos trabalhadores, ou a Medida Provisória 936/2020⁶, posteriormente, convertida na Lei 14.2020/2020⁷, mas que em sua gênese, sugere a redução de salários por meio de acordos entre patrões e empregados, que bem sabe-se,

5 Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências”

6 Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

7 Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.

em um governo assumidamente neoliberal, em sua versão mais radical, não favorece em nada a classe trabalhadora.

Com isto, nota-se que a questão do adoecimento profissional, como resultado dos processos coletivos de trabalho, se faz presente em toda a classe trabalhadora, inclusive no Serviço Social. Desta forma, evidencia-se a importância e urgente necessidade de se estabelecer uma análise que apreenda a atuação de assistentes sociais, profissionais assalariados/as e expostos/as a todas as mazelas, prejuízos e riscos decorrentes de um trabalho que requer comprometimento intelectual, humano e técnico, neste e em outros contextos, buscando combater todos os reflexos da exploração e precarização que o atingem em seu espaço de trabalho, uma vez que o impacto das transformações no mundo do trabalho, somado aos elementos citados, atingem a subjetividade dos/as trabalhadores/as, chegando a afetar sua saúde (SANTOS E MANFROI, 2015).

Para Mota (2021, p. 57)

As implicações da crise sanitária e social sobre a profissão atingem os e as assistentes sociais em dois planos principais: no das demandas cotidianas, cujo volume e natureza das situações demandadas estão diretamente relacionadas à desproteção social pública, às violências e aos carecimentos no atendimento das necessidades sociais básicas dos trabalhadores e suas famílias, agravadas pela pandemia; e no exercício profissional que envolve condições, relações de trabalho e singularidades das atividades profissionais.

As observações construídas por meio do trabalho presencial e emergencial em saúde e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no Sul do Espírito Santo, apontam, dentre outros aspectos, que é também o/a assistente social, enquanto trabalhador/a assalariado/a, usuário/a das políticas sociais, especialmente a política de saúde, recorrendo aos serviços públicos para o seu tratamento e/ou de seus familiares, em caso de infecção pelo vírus. Há que se destacar que esse recurso se torna essencial, visto ter vivenciado processos de rebaixamento salarial e insegurança do trabalho, por meio do fenômeno da terceirização, que também o/a expõe a riscos eminentes ao longo do enfrentamento do vírus e de suas implicações sociais.

Além disso, as observações desenvolvidas ao longo do trabalho nestas políticas, no interior do Espírito Santo, apontam que a exaustão e desgaste no trabalho realizado advém pela proximidade destes/as profissionais com o elevado número de casos de contaminação e mortes ocasionadas pelo vírus da Covid-19, além das alterações em suas rotinas pessoais e profissionais, fazendo aumentar a necessidade destes/as trabalhadores/as em procurarem pelos serviços de saúde por estarem “expostos cotidianamente ao risco de contaminação, submetidos a condições de trabalho precarizadas e estressados face à sobrecarga de trabalho e dramaticidade do sofrimento e morte dos pacientes e angústia de seus familiares”. (TEIXEIRA, 2020, p. 3470)

Guilland (2022, p. 3) afirma que

O aumento dos níveis de estresse, ansiedade e depressão, detectados

durante a pandemia, revelou que os profissionais da saúde enfrentam enorme pressão, incluindo alto risco de infecção e proteção inadequada contra a contaminação, excesso de trabalho, isolamento, assistência a pacientes com emoções negativas, falta de contato com a família e, por fim, exaustão.

Atuando profissionalmente e vivenciando o cotidiano de trabalho no enfrentamento da Covid-19, fora possível observar elementos que contribuíram para a compreensão dos sofrimentos advindos deste processo, e que afetam assistentes sociais, tais como o estresse, o surgimento de transtornos emocionais (ansiedade, episódios depressivos, fobia social, entre outros), dado o fato de terem que repensar a sua atuação profissional frente as novas condições, limites e riscos impostos pela pandemia.

Neste sentido, a atuação profissional, neste período pandêmico, tornou-se complexa e fora atingida por novas formas de trabalho que desfavorecem a qualidade das ações, favorecendo por outro lado, a frustração e desmotivação do/a trabalhador/a.

Os impactos dessas circunstâncias sobre o trabalho dos e das profissionais do Serviço Social é deveras preocupante, seja pela falta de condições de trabalho e precariedade dos serviços e equipamentos que sobrecarregam os atendimentos sociais que esses e essas profissionais realizam, seja porque muitas dessas atividades, de caráter episódico, podem se transformar em permanentes. Há amplas possibilidades de este tipo de atuação subtrair a dimensão pedagógica da profissão, seja na mediação do exercício de direitos, seja na instrumentalização do acesso a bens, serviços e políticas, ou mesmo na identificação de necessidades (subsumidas ou não à pandemia) que requerem novos meios de proteção e atuação pública do Estado (MOTA, 2021, p. 59-60).

A ampliação dos riscos para a saúde em consequência do meio no qual estão inseridos/as os/as assistentes sociais e dos novos processos de trabalho em decorrência da Covid-19, traz à tona a necessidade de se debater, com maior ênfase, a respeito do adoecimento deste/a trabalhador/a, causado majoritariamente, pelos impactos das suas condições e relações de trabalho.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de crise sanitária mundial, considerando o trabalho presencial realizado por assistentes sociais inseridos/as na saúde e no SUAS, atuantes na luta pela defesa dos direitos dos usuários dos serviços, os elementos apresentados neste artigo revelam a precariedade a que estão submetidos/as os/as profissionais, afetados pela mais valia, por vivenciarem dias de incertezas, dada a periculosidade da exposição ao vírus, não conseguindo abstrair-se de tais pensamentos e das demandas que lhe são confiadas, tamanho o excesso de trabalho e pressão sofrida por parte das instituições, ou pelo próprio Estado, de que se atenda o maior número de usuários, sem considerar os aspectos que intercorrem todos os sujeitos envolvidos nesses atendimentos, inclusive o/a trabalhador/a.

Sabe-se que o trabalho constitui em parte essencial na vida dos sujeitos, o que torna

evidente que o agravamento das já precárias condições de trabalho durante o período de enfrentamento da Covid-19, repercute nos diferentes aspectos da vida dos/as trabalhadores. Neste sentido, se torna importante ampliar os estudos a respeito do perfil profissional de assistentes sociais, capaz de contribuir para análise das implicações da pandemia para a sua vida enquanto profissional e, de forma mais ampla, como sujeito social.

Para tanto,

[...] sintonizar o Serviço Social com um dos principais desafios societários da contemporaneidade está na ordem do dia. É preciso formar profissionais com base teórica crítica capaz de compreender e intervir na realidade, questionar o cotidiano e o que está socialmente imposto, propondo alternativas a partir de condições objetivas. Para isso, se faz cada vez mais necessária a orientação crítica e política para guiar a profissão. O projeto ético-político do Serviço Social só se efetivará completamente se for incorporado de maneira consciente e espontânea pelos assistentes sociais, de forma a serem profissionais autônomos e transformadores. (PEREIRA, 2019, p. 7)

Por fim, também avaliamos relevante refletir a respeito dos impactos do contexto pandêmico para o trabalho de assistentes sociais no pós-pandemia, discutindo o planejamento pós-crise que priorize debates e a construção de estratégias de classe, para o enfrentamento da precarização do trabalho e do adoecimento dos/as trabalhadores/as, entre eles/as, assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

2B, Editora. **Entenda mais sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social!** 2021. Disponível em: <https://www.editora2b.com.br/blog/entenda-mais-sobre-o-projeto-etico-politico-do-servico-social>. Acesso em: 10 Mar. 2022.

BRASIL. Medida Provisória nº 927/2020, de 22 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.. **Medida Provisória Nº 927, de 22 de Março de 2020**. Distrito Federal.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos dilemas. **Caderno CHR**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011.

GUILLAND, Romilda, et al. Prevalência de sintomas de depressão e ansiedade em trabalhadores durante a pandemia da Covid-19°. **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 20, 2022.

KANITZ, Stephen. **Os Três Tipos de Capitalismo**. 2011. Disponível em: <<http://blog.kanitz.com.br/tipo/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LEONEL, Filipe. **Pesquisa analisa o impacto da pandemia entre profissionais de saúde**. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-analisa-o-impacto-da-pandemia-entre-profissionais-de-saude>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MOLEDDA, M.; GIANNA, S.; DI NAPOLI, C. **Trabalho social y espacios ocupacionales**: derechos, procesos y prácticas profesionales. 1. ed. La Plata: Colegio de Asistentes Sociales o Trabajadores Sociales de la Provincia de Buenos Aires, 2019. 232 p.

MOTA, A. E. Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao serviço social brasileiro. **Diálogos do Cotidiano**: Assistente social Reflexões sobre o cotidiano profissional, Brasília, v. 1, n. 1, p. 49-65, 10 mar. 2022.

MOTA, A. E; RODRIGUES. M. **Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário**. Revista. Katálysis. Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. 1 ed. São Paulo, Expressão Popular: 2011.

OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde (org.). **Histórico da pandemia de COVID-19**. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PEREIRA, M. R. O Trabalho Profissional Frente à Violência Estrutural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional**. Df: Cba, 2019. p. 01-09.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente à violação de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 107, p.430-437, jul/set. 2011.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente à violação de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 107, p.430-437, jul/set. 2011.

SANTOS, M, T. dos; MANFROI, V. M. Condições de trabalho dos assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 133, n. 36, p.178-196, 2.º semestre de 2015.

SILVA, W. M. F. da; RUIZ, J. L. de S. A centralidade do SUS na pandemia do coronavírus e as disputas com o projeto neoliberal. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30(3), e300302, 2020.

SOUZA, E. A de. Apresentação. In: MORAES, C. A. de S. (org.). **Serviço Social e Trabalho Profissional na Área da Saúde**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 10-19.

SOUZA, H. da S. **A condição de assalariado e o adoecimento profissional do assistente social em Campos dos Goytacazes/RJ**. Campos dos Goytacazes (RJ) : [s.n], 2018. 57f. Trabalho Final de Curso Bacharel em Serviço Social - Universidade Federal Fluminense, 2018.

TEIXEIRA, Carmen Fontes de Souza, et al. **“A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19”**. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 25, n.º 9, setembro de 2020, p. 3465-74)